



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Procedência:** Secretaria de Estado da Fazenda

**Interessado:** Secretaria de Estado da Fazenda

**Número:** 16.688

**Data:** 15 de maio de 2024.

**Classificação Temática:** DIREITO TRIBUTÁRIO. TRIBUTOS ESTADUAIS. ICMS.

**Ementa:**

DIREITO TRIBUTÁRIO. ICMS. OPERAÇÕES DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA PESSOA JURÍDICA. NÃO INCIDÊNCIA. ADC 49. MANUTENÇÃO DOS CRÉDITOS PELAS OPERAÇÕES ANTERIORES. SISTEMÁTICA DE TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS ESTABELECIDO EM LEI COMPLEMENTAR. VIGÊNCIA.

**Referências normativas:** Art. 155, § 2º, I da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 87/96; Lei Complementar nº 204/2023; Convênio CONFAZ nº 178/2023; Decreto Estadual nº 48.768/2024

## RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta originada da Secretaria de Estado da Fazenda sobre os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que, em sede da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 49, fixou o entendimento de que *“o deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular não configura fato gerador da incidência de ICMS, ainda que se trate de circulação interestadual.”* [\[1\]](#)
2. A não incidência do imposto nas operações entre estabelecimentos do mesmo titular não foi novidade na ADC 49, uma vez que já havia sido reconhecida tanto pelo Superior Tribunal de Justiça [\[2\]](#), como pelo próprio Supremo Tribunal Federal. [\[3\]](#)
3. O que precisava ser resolvido era se essa não incidência implicaria em estorno dos créditos pelas operações anteriores à essa transferência entre estabelecimentos da mesma empresa e, em caso negativo, como resolver a violação ao pacto federativo que este entendimento implicaria a se entender que o imposto ficaria todo no Estado de destino da mercadoria quando essas transferências se dessem.
4. O primeiro debate, que só ocorreu em sede de embargos de declaração na ADC 49, girou em torno da manutenção ou não dos créditos pelas operações anteriores. O STF entendeu que essa não incidência não se equipara à *“isenção ou não incidência”* contemplada no art. 155, § 2º, II, b da Constituição Federal, é uma não incidência de fato. Como se a mercadoria estivesse simplesmente trocando de prateleira, sem nenhuma implicação para o ICMS. Não ocorre o fato gerador do imposto.
5. Naquela oportunidade, o STF também modulou os efeitos temporais de sua decisão para o exercício financeiro de 2024, considerando que mesmo com a jurisprudência remansosa e pacífica tanto do STJ, como do próprio STF, os Estados continuaram exigindo e muitos contribuintes continuaram destacando e recolhendo o imposto nessas operações, ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito.
6. O acórdão dos embargos de declaração restou assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO AÇÃO DECLARATÓRIA DE

CONSTITUCIONALIDADE. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS- ICMS. TRANSFERÊNCIAS DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA PESSOA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DO ICMS. MANUTENÇÃO DO DIREITO DE CREDITAMENTO. (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA AUTONOMIA DO ESTABELECIMENTO PARA FINS DE COBRANÇA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS DA DECISÃO. OMISSÃO. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Uma vez firmada a jurisprudência da Corte no sentido da inconstitucionalidade da incidência de ICMS na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da mesma pessoa jurídica (Tema 1099, RG) inequívoca decisão do acórdão proferido.

2. O reconhecimento da inconstitucionalidade da pretensão arrecadatória dos estados nas transferências de mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica não corresponde a não-incidência prevista no art.155, §2º, II, ao que mantido o direito de creditamento do contribuinte.

3. Em presentes razões de segurança jurídica e interesse social (art.27, da Lei 9868/1999) justificável a modulação dos efeitos temporais da decisão para o exercício financeiro de 2024 ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito. Exaurido o prazo sem que os Estados disciplinem a transferência de créditos de ICMS entre estabelecimentos de mesmo titular, fica reconhecido o direito dos sujeitos passivos de transferirem tais créditos.

4. Embargos declaratórios conhecidos e parcialmente providos para a declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do art. 11, § 3º, II, da Lei Complementar nº 87/1996, excluindo do seu âmbito de incidência apenas a hipótese de cobrança do ICMS sobre as transferências de mercadorias entre estabelecimentos de mesmo titular. (ADC 49 ED, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 19-04-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 14-08-2023 PUBLIC 15-08-2023)

7. Relata a Consulente que alguns contribuintes obtiveram liminares com base na Súmula 166 do STJ, que, não obstante, não cuidava da questão da manutenção ou não dos créditos pelas operações anteriores. Tampouco as decisões mencionadas faziam menção ao tratamento a ser dado aos créditos do imposto.

8. Diante do exposto, solicita “*análise e considerações quanto à validade das decisões e liminares proferidas antes da decisão da ADC, considerando ainda a modulação dos efeitos da decisão*” e indaga:

As decisões anteriormente proferidas continuam com sua eficácia plena? Caso positivo, considerando que estas decisões em nenhum momento trazem orientações sobre as transferências dos créditos do imposto, qual o procedimento devemos adotar?

9. Ilustra a sua dúvida com o seguinte caso concreto:

Formulei um questionamento sobre a aplicação do Dec. 48.768 (transferência entre estabelecimentos de mesma titularidade), contudo ainda não obtive resposta e estamos tendo demandas de transferências com a utilização das Liminares que já existiam antes da publicação do referido Decreto. Inclusive, ligou um representante da FAEMG dizendo que estamos cobrando indevidamente o tributo nas transferências, em sentido contrário ao determinado nas liminares.

Como as diretrizes valem para toda a Regional, preciso da manifestação de vocês. Dúvida:

- Para o produtor com LIMINAR (mesmo que concedida antes do Decreto), é direito dele e ele poderá utilizar da Liminar e transferir as mercadorias e produtos para estabelecimento de mesma titularidade, com não incidência (por força da Liminar) sem recolher o ICMS de transferência de crédito, contrariando o Decreto?

10. Passamos a analisar.

## FUNDAMENTAÇÃO

11. A decisão da ADC 49 deve ser lida no contexto em que produzida, incluindo os embargos de declaração, porque foi nessa ocasião que a invocada “transferência” dos créditos foi abordada pela Suprema Corte.

12. Importante ainda observar que o STF só tratou da transferência de créditos na parte dispositiva da modulação na exclusiva hipótese de os Estados não disciplinarem a matéria:

No cenário de busca de segurança jurídica na tributação e equilíbrio do federalismo fiscal, julgo procedentes os presentes embargos para modular os efeitos da decisão a fim de que tenha eficácia pró-futuro a partir do exercício financeiro de 2024, ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito. **Exaurido o prazo sem que os Estados disciplinem a transferência de créditos de ICMS entre estabelecimentos de mesmo titular**, fica reconhecido o direito dos sujeitos passivos de transferirem tais créditos. (destaque nosso)

13. Embora tenha fixado o direito da pessoa jurídica à manutenção do crédito, a Suprema Corte não especificou a forma através da qual se daria a compensação.

14. Todo o raciocínio desenvolvido pela Corte para afastar a tributação encontra suporte na unicidade da pessoa jurídica e no princípio da não-cumulatividade. Para o STF, direitos e deveres são assumidos pela pessoa jurídica (e não pelo estabelecimento), sem prejuízo de que deveres instrumentais sejam exigidos para serem cumpridos em cada estabelecimento, sendo o imposto não-cumulativo, ou seja, compensando-se o que for devido em cada operação de circulação de mercadoria com o montante cobrado nas operações anteriores.

15. Como tantas vezes já deliberado em decisões do STF, a não cumulatividade pressupõe ao menos duas operações tributadas, o que se pode deduzir até mesmo de uma simples leitura do inciso I do § 2º do art. 155 da Constituição Federal:

Art. 155, § 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

16. Note-se que o comando é de compensação do que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores. O pressuposto para a compensação é a existência de imposto devido, mas não é só: a compensação se dá sobre “*o que for devido em cada operação*”. Se não há operação – no sentido técnico-jurídico – nem imposto devido, não há dedução naquela transferência, mas apenas quando e onde ocorrer efetivamente uma operação e, por consequência, poder se dar a tributação pelo ICMS.

17. A compreensão da regra do art. 155, § 2º, I há de se dar no contexto do princípio federativo. Isso porque quando se trata de operação interestadual, a não incidência cumulada com a manutenção dos créditos pelas operações anteriores pode ferir gravemente o federalismo fiscal, conforme se passa a demonstrar com um pequeno exemplo envolvendo três Estados.

18. Imagine-se que o contribuinte A, localizado em São Paulo, promova uma venda para o contribuinte B, sediado em Minas Gerais, que, por sua vez, transfere essa mercadoria para outro estabelecimento seu, situado em Pernambuco. No nosso exemplo, imaginemos que o estabelecimento do contribuinte B em Pernambuco é que promoverá a venda da mercadoria para o consumidor final.

19. Nesse exemplo, se o crédito do imposto pudesse ser mantido pelo estabelecimento mineiro (sem a possibilidade de sua transferência), onde não ocorrerá “operação” (logo, não haverá tributação) com a mesma mercadoria, o Estado de São Paulo receberia 12% nas vendas (alíquota interestadual Sudeste-Sudeste), Minas Gerais teria que suportar a integralidade dos créditos, e, posteriormente, o Estado de Pernambuco ficaria com o valor integral do imposto incidente na operação interna para o consumidor final.

	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	PERNAMBUCO
	100.000,00 (VENDAS)	TRANSFERÊNCIA	140.000,00 (VENDAS)
DESTAQUE DE ICMS	12.000,00 (ALÍQUOTA DE 12%)	SEM DESTAQUE DO ICMS	25.200,00 (ALÍQUOTA DE 18%)
CRÉDITOS DO IMPOSTO	-----	12.000,00	-----
ICMS A RECOLHER	12.000,00	- 12.000,00	25.200,00

20. Embora a carga tributária final sobre a mercadoria seja equivalente a incidência da alíquota sobre a base de cálculo da última operação - o que caracteriza todo imposto não-cumulativo - observe-se que tivemos duas operações tributadas, nenhuma em Minas Gerais, que teria que suportar todo o crédito. Qual a razoabilidade dessa solução? Por que Minas Gerais seria prejudicada suportando a dedução de valores de ICMS que foram recolhidos em São Paulo e Pernambuco?

21. Além disso, o efeito final seria de cumulação do imposto, porque o recolhimento do ICMS em São Paulo não se compensaria com o creditamento do valor respectivo em Minas, não repercutindo na mercadoria a ser posteriormente transferida para Pernambuco, uma vez que o contribuinte mineiro não teria débito com o que compensar. Resultado prático? Cumulatividade.

22. Foi por esta razão que a solução da lei complementar não poderia mesmo ser outra. Na ADC 49 foi garantido o direito ao aproveitamento do crédito, mas o regime de compensação foi disciplinado pela Lei Complementar nº 204/2023, em cumprimento do disposto na alínea “c” do inciso XII do § 2º do art. 155 da CRFB.

23. Alterando a Lei Complementar nº 87/96 naquilo que foi declarada inconstitucional pela Suprema Corte, dispôs a LC 204/2023:

Art. 1º O art. 12 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12. ....

I - da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte;

.....

§ 4º Não se considera ocorrido o fato gerador do imposto na saída de mercadoria de estabelecimento para outro de mesma titularidade, mantendo-se o crédito relativo às operações e prestações anteriores em favor do contribuinte, inclusive nas hipóteses de transferências interestaduais em que os créditos serão assegurados:

I - pela unidade federada de destino, por meio de transferência de crédito, limitados aos percentuais estabelecidos nos termos do inciso IV do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, aplicados sobre o valor atribuído à operação de transferência realizada;

II - pela unidade federada de origem, em caso de diferença positiva entre os créditos pertinentes às operações e prestações anteriores e o transferido na forma do inciso I deste parágrafo.

§ 5º (VETADO).” (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 4º do art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir).

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

24. No mesmo sentido, foram as disposições do Convênio CONFAZ nº 178/2023, que na verdade apenas veio sistematizar a forma por meio da qual se operacionalizará essa transferência:

**Cláusula primeira.** Na remessa interestadual de bens e mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade, é obrigatória a transferência de crédito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – do estabelecimento de origem para o estabelecimento de destino, hipótese em que devem ser observados os procedimentos de que trata esse convênio.

**Cláusula segunda.** A apropriação do crédito pelo estabelecimento destinatário se dará por meio de transferência, pelo estabelecimento remetente, do ICMS incidente nas operações e prestações anteriores, na forma prevista neste convênio.

§ 1º O ICMS a ser transferido será lançado:

I - a débito na escrituração do estabelecimento remetente, mediante o registro do documento no Registro de Saídas;

II – a crédito na escrituração do estabelecimento destinatário, mediante o registro do documento no Registro de Entradas.

§ 2º A apropriação do crédito atenderá as mesmas regras previstas na legislação tributária da unidade federada de destino aplicáveis à apropriação do ICMS incidente sobre operações ou prestações recebidas de estabelecimento pertencente a titular diverso do destinatário.

§ 3º Na hipótese de haver saldo credor remanescente de ICMS no estabelecimento remetente, este será apropriado pelo contribuinte junto à unidade federada de origem, observado o disposto na sua legislação interna.

**Cláusula terceira.** A transferência do ICMS entre estabelecimentos de mesma titularidade, pela sistemática prevista neste convênio, será procedida a cada remessa, mediante consignação do respectivo valor na Nota Fiscal eletrônica - NF-e - que a acobertar, no campo destinado ao destaque do imposto.

**Cláusula quarta.** O ICMS a ser transferido corresponderá ao resultado da aplicação de percentuais equivalentes às alíquotas interestaduais do ICMS, definidas nos termos do inciso IV do § 2º do art. 155 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sobre os seguintes valores dos bens e mercadorias:

I - o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

II - o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento;

III – tratando-se de mercadorias não industrializadas, a soma dos custos de sua produção, assim entendidos os gastos com insumos, mão-de-obra e acondicionamento.

§ 1º No cálculo do ICMS a ser transferido, os percentuais de que trata o “caput” devem integrar o valor dos bens e mercadorias.

§ 2º Os valores a que se referem os incisos do “caput” serão reduzidos na mesma proporção prevista na legislação tributária da unidade federada em que situado o remetente nas operações interestaduais com os mesmos bens ou mercadorias quando destinados a estabelecimento pertencente a titular diverso, inclusive nas hipóteses de isenção ou imunidade.

(...)

**Cláusula oitava.** Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

25. O Decreto estadual nº 48.768 veio apenas adequar o Regulamento do ICMS mineiro às novas disposições:

Art. 8º – O Decreto nº 48.589, de 2023, passa a vigorar acrescido do art. 153-A, com a seguinte redação:

“Art. 153-A – Na saída de bem ou mercadoria em transferência para outro estabelecimento do mesmo titular, alcançada por não incidência do imposto, o crédito relativo às operações e prestações anteriores será mantido pelo contribuinte, hipótese em que o estabelecimento remetente deverá efetuar a transferência de crédito para o estabelecimento destinatário, que corresponderá:

I – nas operações interestaduais, ao resultado da aplicação de percentuais equivalentes às alíquotas interestaduais do ICMS, definidas nos termos do inciso IV do § 2º do art. 155 da Constituição da República, sobre um dos seguintes valores do bem ou da mercadoria:

- a) o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;
- b) o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão de obra e acondicionamento;
- c) tratando-se de mercadorias não industrializadas, a soma dos custos de sua produção, assim entendidos os gastos com insumos, mão de obra e acondicionamento;

II – nas operações internas, ao resultado da aplicação de percentuais equivalentes às alíquotas internas do ICMS, sobre:

- a) o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;
- b) o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão de obra e acondicionamento;
- c) tratando-se de mercadorias não industrializadas, a soma dos custos de sua produção, assim entendidos os gastos com insumos, mão de obra e acondicionamento.

§ 1º – A diferença positiva entre os créditos pertinentes às operações e prestações anteriores e o transferido nos termos dos incisos I e II do caput serão mantidos pelo estabelecimento onde ocorreu a saída de bem ou mercadoria em transferência.

§ 2º – No cálculo do ICMS a ser transferido, o montante do imposto deverá integrar os valores a que se referem as alíneas dos incisos I e II do caput.

§ 3º – Os valores resultantes das alíneas dos incisos I e II do caput serão reduzidos na mesma proporção prevista na legislação tributária, nas operações com os mesmos bens ou mercadorias quando destinados a estabelecimento pertencente a titular diverso, inclusive nas hipóteses de isenção ou imunidade.

§ 4º – O valor do ICMS transferido será informado na NF-e que acobertar a transferência e lançado a débito na escrituração do estabelecimento remetente e a crédito na escrituração do estabelecimento destinatário.

§ 5º – O disposto neste artigo:

I – implica o registro dos créditos correspondentes ao ICMS a que tenha direito o remetente, decorrentes de operações e prestações antecedentes;

II – não importa no cancelamento ou modificação do benefício fiscal concedido pelo Estado de Minas Gerais, hipótese em que, quando a legislação tributária, inclusive a estabelecida em regime especial, concessiva do benefício fiscal determinar o estorno de crédito, deverá ser efetuado o lançamento de débito a ele equiparado.”

(...)

Art. 15 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

26. A emissão de notas fiscais se presta para operacionalizar a “transferência” dos créditos que foram registrados no estabelecimento de origem. O que se chama de “transferência de crédito” é um mero procedimento que permite que se dê a escrituração naquele estabelecimento em que ocorreu a operação tributada.

27. Voltando ao nosso exemplo, ainda que Minas Gerais suporte uma parte dos créditos gerados pela tributação da mercadoria em São Paulo, não o fará integralmente, partilhando o creditamento com o Estado em que ocorrerá a próxima operação tributada com a mesma mercadoria:

	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	PERNAMBUCO
	100.000,00 (VENDAS)	100.000,00 (TRANSFERÊNCIA)	140.000,00 (VENDAS)
DESTAQUE DE ICMS	12.000,00 (ALÍQUOTA DE 12%)	DESTAQUE PARA FINS DE TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO..... 7.000,00	25.200,00 (ALÍQUOTA DE 18%)
CRÉDITOS DO IMPOSTO	-----	12.000,00	7.000,00
ICMS A RECOLHER	12.000,00	- 5.000,00	18.200,00

28. Ao contrário do que alegam alguns, a transferência de créditos não implica incidência em operações que não estariam abrangidas no fato gerador do imposto (transferências entre estabelecimentos do mesmo titular). A carga tributária total sobre a mercadoria permanece a mesma, como se houvesse incidência apenas na última etapa da cadeia de circulação, com integral respeito ao princípio da não cumulatividade.

29. Eventuais decisões judiciais anteriores a essa legislação restaram prejudicadas pelo advento das novas disposições que, repita-se, não contrariam em nada a decisão do Supremo Tribunal Federal. Em verdade, apenas regulamentam a forma pela qual se dará a sua aplicação sem que com isso se gere violação ao pacto federativo, e aos princípios da não cumulatividade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

30. Acrescente-se que a alteração das circunstâncias jurídicas existentes ao tempo da prolação das mencionadas decisões judiciais faz surgir uma relação jurídica tributária nova, que, por essa razão, não é alcançada pelos limites que balizaram referidas decisões.

CONCLUSÕES

31. Diante exposto, passamos a responder a consulta formulada:

*Solicitamos vossa análise e considerações quanto à validade das decisões e liminares proferidas antes da decisão da ADC, considerando ainda a modulação dos efeitos da decisão. As decisões anteriormente proferidas continuam com sua eficácia plena? Caso positivo, considerando que estas decisões em nenhum momento trazem orientações sobre as transferências dos créditos do imposto, qual o procedimento devemos adotar?*

32. A modulação de efeitos em nada interfere em relação às ações judiciais ajuizadas antes da decisão da ADC 49. Assim, liminares ou sentenças definitivas que determinavam a não incidência do imposto nas operações entre estabelecimentos da mesma pessoa jurídica continuam normalmente em vigor.

33. O tratamento a ser dado aos créditos relativos às operações anteriores deve seguir a sistemática determinada pela nova legislação a partir de sua entrada em vigor, qual seja 01 de janeiro de 2024.

34. Não há que se falar em qualquer cobrança de tributo pelas transferências interestaduais, mas apenas operacionalização da forma como se dá a transferência dos créditos do imposto, em respeito aos princípios federativo, da não cumulatividade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

35. É o parecer, salvo melhor juízo.



Belo Horizonte, 15 de maio de 2024.

Daniela Victor de Souza Melo  
Procuradora do Estado  
OAB/MG nº 78.287 – MASP 1001009-8

**De acordo. Aprovado.**

Rafael Rezende Faria  
Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

Sérgio Pessoa de Paula Castro  
Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais

---

[1] DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ICMS. DESLOCAMENTO FÍSICO DE BENS DE UM ESTABELECIMENTO PARA OUTRO DE MESMA TITULARIDADE. INEXISTÊNCIA DE FATO GERADOR. PRECEDENTES DA CORTE. NECESSIDADE DE OPERAÇÃO JURÍDICA COM TRAMITAÇÃO DE POSSE E PROPRIEDADE DE BENS. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

1. Enquanto o diploma em análise dispõe que incide o ICMS na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado, pertencente ao mesmo titular, o Judiciário possui entendimento no sentido de não incidência, situação esta que exemplifica, de pronto, evidente insegurança jurídica na seara tributária. Estão cumpridas, portanto, as exigências previstas pela Lei n. 9.868/1999 para processamento e julgamento da presente ADC.

2. O deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular não configura fato gerador da incidência de ICMS, ainda que se trate de circulação interestadual. Precedentes.

3. A hipótese de incidência do tributo é a operação jurídica praticada por comerciante que acarrete circulação de mercadoria e transmissão de sua titularidade ao consumidor final.

4. Ação declaratória julgada improcedente, declarando a inconstitucionalidade dos artigos 11, §3º, II, 12, I, no trecho “ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular”, e 13, §4º, da Lei Complementar Federal n. 87, de 13 de setembro de 1996. (ADC 49, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 19-04-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-084 DIVULG 03-05-2021 PUBLIC 04-05-2021)

[2] Súmula 166. Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

[3] Tema 1099:

Recurso extraordinário com agravo. Direito Tributário. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Deslocamento de mercadorias. Estabelecimentos de mesma titularidade localizados em unidades federadas distintas. Ausência de transferência de propriedade ou ato mercantil. Circulação jurídica de mercadoria. Existência de matéria constitucional e de repercussão geral.



Reafirmação da jurisprudência da Corte sobre o tema. Agravo provido para conhecer em parte do recurso extraordinário e, na parte conhecida, dar-lhe provimento de modo a conceder a segurança.

Firmada a seguinte tese de repercussão geral: Não incide ICMS no deslocamento de bens de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte localizados em estados distintos, visto não haver a transferência da titularidade ou a realização de ato de mercancia.

(ARE 1255885 RG, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 14-08-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-228 DIVULG 14-09-2020 PUBLIC 15-09-2020)

**Aprovado em:**



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Victor de Souza Melo, Procurador(a) do Estado**, em 15/05/2024, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Rezende Faria, Procurador(a) Chefe**, em 15/05/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Pessoa de Paula Castro, Advogado Geral do Estado**, em 15/05/2024, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **88406609** e o código CRC **3F9F6491**.

**Referência:** Processo nº 1080.01.0030885/2024-36

SEI nº 88406609